

1 Aos 09 (nove) dias mês de dezembro de 2021, às 8 horas e 30 minutos, os membros do Comitê da Bacia  
2 Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF reuniram-se no Auditório do Portobello Ondina Praia, situado na Av.  
3 Oceânica, nº 2275 – Ondina, Salvador/BA, para participarem da XLII Reunião Plenária Ordinária do CBHSF.  
4 **Participaram os seguintes membros titulares:** Nelson Cunha Guimarães – Companhia de Saneamento de  
5 Minas Gerais/COPASA; Cláudio Júlio Machado Mendonça Filho – Companhia de Saneamento de Sergipe/DESO;  
6 Deivid Lucas de Oliveira – Federação das Indústrias de Minas Gerais/FIEMG; João Carlos de Melo – Instituto  
7 Brasileiro de Mineração/IBRAM; Jadir Silva de Oliveira – Associação das Indústrias de Sucreenergéticas do  
8 Estado de Minas Gerais; Adson Roberto Ribeiro – Associação de Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de  
9 Minas Gerais; Anna Priscila Camargo Dias – Distrito de Irrigação do Jaíba II; Cláudio Ademar da Silva –  
10 Piscicultura Itaparica Ltda; Ednaldo de Castro Campos – Associação dos Fruticultores da Adutora da  
11 Fonte/AFAF; Vilma Martins Veloso – Federação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Minas  
12 Gerais/FEPAMG; Roberto Rivelino de Souza Rocha – Antônio Paiva dos Santos Pessoa Física (pesca); Arnaldo  
13 Alves da Silva – Colônia de Pescadores Z-39; José Maciel Nunes de Oliveira – Colônia de Pescadores Z-12;  
14 Renato Junio Constâncio – Companhia Energética de Minas Gerais/CEMIG; Altino Rodrigues Neto – Associação  
15 de Desenvolvimento Artes de Ofício/ADAO; José Valter Alves – Associação Comunitária de Estiva II; Ronald de  
16 Carvalho Guerra – Associação Quadrilátero das Águas – AQUA; Cláudio Pereira da Silva – Associação  
17 Comunitária Quilombola Lagoa das Piranhas; Elias da Silva – Associação de Desenvolvimento Sustentável; Rosa  
18 Cecília Lima Santos – Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente/OSCATMA; Vanderli  
19 de Carvalho Barbosa – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio das Velhas/AMEV; Almacks  
20 Luiz Silva – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina; José Ivaldo de Brito Ferreira –  
21 Universidade do Estado da Bahia/UNEB; Abelardo Antônio de Assunção Montenegro – Universidade Federal  
22 Rural de Pernambuco/UPE; Pedro de Araújo Lessa - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
23 Sergipe/CREA; Xifroneze Santos – Quilombo Caraíbas; Manoel Uilton dos Santos – Tuxá/BA; Denys Santiago –  
24 Prefeitura Municipal de Paracatu/MG; Demóstenes da Silva Nunes Júnior – Prefeitura Municipal de  
25 Barreira/BA; Elísio Marinho dos Santos Neto – Prefeitura Municipal de Gararu/SE; Alfredo José Pereira por  
26 Ronaldo Pereira Lopes – Prefeitura Municipal de Penedo/AL; Suzana Maria Gico Lima Montenegro – Agência  
27 Pernambucana de Água e Clima/APAC; Alberonaldo Lima Alves – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos  
28 Hídricos de Alagoas/SEMARH AL; Ailton Francisco da Rocha – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
29 e Sustentabilidade/SEDURBS SE; Gustavo Antônio Carneiro – Agência Reguladora de Água, Energia e  
30 Saneamento Básico do Distrito Federal/ADASA DF; Mirian Leão de Oliveira – Ministério de Minas e Energia –  
31 MME. **Participaram os seguintes membros suplentes:** Sinelson da Silva Maia – Serviço Autônomo de Água e  
32 Esgoto de Bocaiuva/SAAE Bocaiúva (no exercício da titularidade); Viviane Francis Silva Correia – Companhia de  
33 Saneamento de Sergipe/DESO; Abraão Rodrigues Lira – Federação das Indústrias do Estado de  
34 Pernambuco/FIENPE (no exercício da titularidade); Heráclito Oliveira de Azevedo – Associação de Produtores  
35 do Perímetro Irrigado de Propriá (no exercício da titularidade); Carlos Vanderlei Leite Pinheiro – Rota das Águas  
36 Velho Chico (no exercício da titularidade); Sonáli Cavalcanti Oliveira – Companhia Hidro Elétrica do São  
37 Francisco/CHESF (no exercício da titularidade); Sirléia Márcia de Oliveira Drummond – Movimento Ecológico  
38 São Francisco de Assis (no exercício da titularidade); Rita Paula dos Santos Ferreira – Associação Aroeira (no  
39 exercício da titularidade); Josias Gomes Ribeiro Filho – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas  
40 Gerais/CREA MG (no exercício da titularidade); Antônio da Silva – Kalancó/AL (no exercício da titularidade);  
41 Francisco de Assis Gonzaga da Silva – Prefeitura Municipal de Ouro Preto/MG (no exercício da titularidade);  
42 Antônio Jackson Borges Lima – Prefeitura Municipal de São Bras/AL; Laryssa Cayres de Souza – Secretaria do  
43 Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA/BA (no exercício da titularidade); Marcos Ribeiro Leite – Secretaria  
44 de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade/SEDURBS SE. **Participaram também:** Manoel Vieira,  
45 Rúbia Mansur, Sâmela Ingrid, Célia Fróes, Flávia Mendes, Thiago Campos – Agência Peixe Vivo; Douglas Falcão  
46 Wanderley - CHESF, Marcelo Ribeiro - Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte da Diamantina;

47 Manoel Ailton - CBH Salitre; Alice Silva e Laís Cristina – Coletivo Velho Chico Vive; Antônio Augusto; Emerson  
48 Carlos e José Vieira da Silva– Universidade Federal de Alagoas/UFAL; Luana Ferreira de Paiva - Operador  
49 Nacional do Sistema Elétrico/ONS; Yvonilde Dantas Pinto Medeiros – Universidade Federal da Bahia - UFBA;  
50 Thamires Gomes e Elizabete Fonseca – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/INEMA; Leonardo  
51 Mitre – Consultor da Agência Peixe Vivo; Alberto José – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos  
52 Naturais Renováveis/IBAMA; Dirceu Mendes – Prefeitura de Mirangaba/BA; Hidamar Santos - Secretaria  
53 Administração de Mirangaba/BA; Luciana Khoury – Ministério Público da Bahia. A reunião foi transmitida ao  
54 vivo no canal do CBHSF no youtube. O cerimonial apresenta o tema da reunião “Recursos hídricos no futuro: Os  
55 desafios da Bacia do São Francisco” e em seguida apresenta a pauta a ser tratada. Posteriormente, convida  
56 para compor a mesa o presidente do CBHSF, Sr. José Maciel; o superintendente adjunto do Instituto Brasileiro  
57 do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA na Bahia, Sr. Alberto Santana, a representante  
58 da Secretária do Meio Ambiente do Estado da Bahia, Sra. Laryssa Cayres; os membros da Diretoria Colegiada do  
59 CBHSF, o secretário Sr. Almacks Silva, o coordenador da CCR Alto São Francisco Sr. Altino Neto, coordenador da  
60 CCR Médio São Francisco, coordenador da CCR Submédio São Francisco Sr. Cláudio Ademar e a secretária do  
61 Baixo São Francisco, Sra. Rosa Cecília para abertura do evento. A ausência do vice-presidente, Sr. Marcus  
62 Polignano e do coordenador da CCR Baixo São Francisco, Sr. Anivaldo Miranda é justificada e em seguida todos  
63 são convidados a cantarem o hino nacional brasileiro. A palavra é franqueada ao Sr. Alberto Santana que  
64 cumprimenta a todos e deixa sua gratidão ao presidente do CBHSF. Reitera que o Instituto Brasileiro do Meio  
65 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA é um parceiro do CBHSF notadamente por vários  
66 aspectos, mas em especial pela atuação da Dra. Luciana Khoury que despertou nos baianos as atividades na  
67 bacia do São Francisco e versa brevemente sobre o programa de Fiscalização Preventiva Integrada – FPI. O  
68 superintendente finaliza sua fala declarando seu respeito ao ex-presidente do CBHSF, Sr. Anivaldo Miranda e  
69 ao Sr. Presidente José Maciel. Com a palavra, o secretário do CBHSF Sr. Almacks Silva, cumprimenta a todos e  
70 reafirma as boas-vindas por parte do estado da Bahia em nome do Sr. Presidente, da Diretora da Agência Peixe  
71 Vivo e da Diretoria Colegiada do CBHSF – DIREC. Em seguida, a Sra. Laryssa Cayres saúda o presidente Sr. José  
72 Maciel e cumprimenta a todos. Relembra todo o trabalho já realizado pelo CBHSF e celebra a aprovação dos  
73 planos de bacia dos Comitês do rio Grande e do Corrente, afluentes do rio São Francisco. Por fim, informa que  
74 a Secretaria de Meio Ambiente da Bahia – SEMA/BA está à disposição do CBHSF. A fala é facultada ao  
75 presidente Sr. José Maciel que dá boas-vindas a todos. Afirma que essa é a primeira reunião da gestão atual e  
76 saúda todos da DIREC e agradece a Sra. Laryssa Cayres e demais por todo apoio dado ao longo dos vinte anos  
77 de Comitê. Relembra as conquistas alcançadas pelo CBHSF ao longo desse período. Após a contextualização  
78 sobre os temas a serem tratados na reunião, finaliza o discurso de abertura e declara iniciada a XLII Reunião  
79 Plenária Ordinária do CBHSF. A mesa é desfeita e ato contínuo o **Termo de Cooperação Técnica** é assinado  
80 pela Sra. Laryssa Cayres, como representante da SEMA/BA, a Sra. Célia Froes, diretora geral da Agência de  
81 Bacia Hidrográfica Peixe Vivo, o Sr. Demóstenes Junior, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica Rio  
82 Grande e o presidente do CBHSF Sr. José Maciel cujo objeto é a participação mútua dos cooperados, mediante  
83 a execução de ações conjuntas através de troca de dados e informações de caráter estritamente técnico-  
84 científicas, com vistas ao cadastramento de usuários de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Formoso,  
85 afluente do rio Corrente. Na sequência, o secretário do CBHSF, Sr. Almacks Silva conduz os trabalhos e convida  
86 a Sra. Rúbia Mansur, Gerente de Integração da Agência Peixe Vivo, a sentar-se à mesa para apoio necessário.  
87 Em seguida passa a palavra para o presidente do Comitê que fala sobre o **Marco Hídrico e Formação das**  
88 **Câmaras Técnicas do CBHSF**. Explica que está sendo tramitado em âmbito federal um Projeto de Lei – PL  
89 4546/2021, conhecido como Marco Hídrico, que altera a Lei 9.433/97. Segundo ele, tais mudanças trazem  
90 preocupações para o CBHSF, pois o projeto não está sendo discutido com todos, deixando apenas para ser  
91 discutido na Câmara dos Deputados. Afirma que será feita uma articulação política com os representantes e  
92 comissão de meio ambiente e que será criado um Grupo de Trabalho – GT para se debruçar sobre a questão e

93 critica a proposta do projeto em retirar autonomia do Comitê que é quem de fato entende sobre a realidade da  
94 bacia. Posteriormente, passa a palavra a Promotora de Justiça Dra. Luciana Khoury que cumprimenta todos os  
95 presentes e ressalta a fala do presidente a respeito do assunto. Lembra que já existe a lei de recursos  
96 hídricos e que ainda não há um sistema de recursos hídricos de fato aplicado. Ela reafirma que não pode haver  
97 retrocessos na forma de participação e que o Comitê de Bacia foi criado por meio de Lei, sendo que o novo PL  
98 traz prejuízos na forma de representação. Por fim, informa que o Ministério Público está à disposição do CBHSF  
99 para articular e garantir que não haja retrocessos. Para contribuir com a discussão, a Sra. Laryssa Cayres  
100 informa que participou da reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH que apresentou a  
101 proposta do Marco Hídrico. Diz que o objetivo do PL é criar uma política nacional de segurança hídrica, e nesse  
102 primeiro objetivo ela destaca a criação do “Serviço hídrico” que são prestados por barragens, adutoras, canais,  
103 e afirma que a proposta é a comercialização desses serviços tanto pelas entidades públicas quanto pelas  
104 Parcerias Público-Privadas - PPPs. Faz também três destaques: o primeiro é sobre o Plano de Bacia que deve ser  
105 aprovado pelo Comitê, no entanto com a nova proposta será pelo CNRH, segundo sobre a cobrança temporária  
106 que seria instituída pelos conselhos e em terceiro sobre a cessão onerosa do uso. Explica que tal cessão de uso  
107 dá a prerrogativa a quem possui outorga de recursos hídricos a comercializar o excedente que não é utilizado,  
108 o que é preocupante. Em seguida, passa a palavra para a Profa. Yvonilde Medeiros que afirma que o dito  
109 “Marco hídrico” se apresenta de forma interessante, mas que é necessário focar nas entrelinhas onde é vista a  
110 intenção de se implementar um mercado da água. A professora lembra a construção dos Comitês e ressalta  
111 que o PL é um retrocesso que torna a água um produto de venda. Traz ainda para a reflexão os Objetivos de  
112 Desenvolvimento Sustentável - ODS e afirma que a proposta vai contra os objetivos de redução da pobreza.  
113 Finaliza afirmando que é necessária uma mobilização para que o projeto seja mais discutido. Posteriormente, o  
114 Sr. Claudio Pereira, representante da sociedade civil, afirma que as questões levantadas sobre o PL são de  
115 suma importância, pois o que direciona as ações são as leis, que é visto baixa participação dos parlamentares  
116 nos espaços de discussão e que a sociedade em geral não vê a seriedade do projeto. Portanto, é necessário que  
117 os representantes que fazem parte do Comitê se mobilizem para debater o assunto. Após discussões a respeito  
118 do PL, o presidente do CBHSF fala sobre a formação das Câmaras Técnicas do Comitê. Informa que todas já  
119 estão instituídas, sendo que os trabalhos terão início no primeiro trimestre do próximo ano. Ato contínuo, o  
120 secretário do CBHSF passa para o próximo ponto de pauta, aprovação das atas. Em seguida, a **Ata da XLI**  
121 **Plenária Ordinária realizada no dia 09 de setembro de 2021 e das XXIV e XXV Plenárias Extraordinárias**  
122 **realizadas nos dias 16 e 17 de setembro de 2021** são projetadas com as contribuições dadas pelos membros e  
123 em seguida são aprovadas por unanimidade. Na sequência, o presidente dá início à **mesa redonda sobre a**  
124 **Política de Vazões e consequências para a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Convida a Profa. Yvonilde  
125 Medeiros; Sr. Leonardo Mitre, consultor do CBHSF e a Sra. Luana Paiva representante do Operador Nacional do  
126 Sistema Elétrico - ONS para as apresentações e debates. Ele agradece a presença de todos e faz uma  
127 contextualização sobre o tema. Com a palavra, a Sra. Luana Paiva agradece a oportunidade e informa que o  
128 papel dela como representante do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS é esclarecer o cenário hídrico  
129 da bacia. Dá início a apresentação sobre o “Impacto da redução de vazões na bacia do São Francisco: o papel  
130 do ONS” explicando sobre o funcionamento do Sistema Interligado Nacional – SIN e o papel do Operador que é  
131 realizar a equação básica da operação do sistema proporcionando menor custo e dando segurança ao sistema.  
132 Trata sobre o planejamento da operação energética, esclarece o papel da geração térmica no SIN e detalha a  
133 Matriz Energia Elétrica 2021 – 2025. Afirma que há complementaridades entre a Geração Hidroelétrica e as  
134 Gerações Eólica e Solar e por meio de gráficos mostra a evolução da capacidade instalada eólica (MW). Explica  
135 que a geração hidroelétrica permanece como fonte predominante no atendimento eletroenergético do SIN,  
136 mas com capacidade de renovação reduzida nos últimos anos por diversos fatores tais como a perda da  
137 capacidade de regularização devido à expansão, majoritariamente, por usinas a fio d’água; a escassez hídrica  
138 nas principais bacias hidrográficas com reservatórios com capacidade de regularização; o aumento das

139 restrições ao uso da água para a geração hidroelétrica, relacionadas a usos múltiplos da água e a  
140 condicionantes ambientais. Segundo Luana Paiva, em consequência, houve a crise hídrica da bacia do rio São  
141 Francisco que culminou na necessidade de aprimoramento do processo de gestão dos usos múltiplos da água,  
142 trazendo desafios para o atendimento energético do Subsistema Nordeste. Aborda também os desafios na  
143 Gestão dos Usos Múltiplos da Água e finaliza dizendo que toda a sociedade com interesse na bacia do rio São  
144 Francisco aprendeu a racionar a água, entendeu os papéis institucionais, os interesses divergentes entre os  
145 usuários de montante e jusante e que é fundamental pensar na gestão integrada da bacia, pois todos os  
146 usuários de montante e de jusante serão afetados através da política de operação dos reservatórios. Neste  
147 sentido, o CBHSF, ONS, ANA, CHESF, CODEVASF, órgãos setoriais, entidades e todos os usuários da bacia têm  
148 um papel fundamental da gestão integrada dos múltiplos usos da água da bacia do rio São Francisco. Em  
149 seguida, o Sr. Leonardo Mitre inicia sua apresentação contextualizando a crise hídrica de 2014-2021 e afirma  
150 que os planos de recursos hídricos deveriam ser aprimorados para atender esses momentos de crise. O  
151 consultor do CBHSF mostra as diversas resoluções da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA  
152 sobre a operação dos reservatórios, apresenta em gráficos o crescimento de demandas na bacia e os planos  
153 decenais do rio São Francisco. Em sua apresentação, dentre os principais pontos tratados, afirma que Plano de  
154 Recursos Hídricos da Bacia do rio São Francisco poderia ter ido além, com maior detalhe e estudos mais  
155 específicos, principalmente considerando que foi desenvolvido em meio à crise hídrica e ressalta que a respeito  
156 à crise hídrica, as demandas na bacia continuam crescendo. É abordado que a regra de operação durante o ano  
157 de 2021 não seguiu a Resolução ANA nº 2081/2017 – Regras ditadas pela CREG – Câmara de Regras  
158 Excepcionais para Gestão Hidroenergética coordenada pelo MME e que apesar da crise hídrica, a bacia não  
159 possui um Plano de Contingência Executivo para situações de crises hídricas voltadas a estiagens extremas ou  
160 prolongadas. Leonardo Mitre propõe que para evitar novas crises é necessário o incremento nas ofertas  
161 hídricas, otimização das demandas, definição de ações de gestão em situação de crise, a formalização dos  
162 pactos, dentre outras ações. E, por fim, apresenta um Modelo Conceitual de um Plano de Gerenciamento de  
163 Crise. Na sequência, Profa. Yvonilde Medeiros dá início a sua fala. Informa que acompanhou de perto a Sala de  
164 Crise e critica a falta de previsibilidade sobre a flexibilização das vazões. Aborda brevemente a respeito da crise  
165 hídrica fazendo um contexto histórico. Afirma a importância da água e que até o ano 2030, a população  
166 mundial alcançará 8.3 bilhões de pessoas e a demanda por água crescerá 30%. Explica que a redução das  
167 vazões trouxe efeitos de salinidade para a região do baixo rio São Francisco prejudicando não só a população  
168 como também a biota da região. Após sua apresentação, critica a matriz energética por tratar as bacias  
169 hidrográficas como se fossem iguais e questiona a Sra. Luana Paiva a respeito de outras fontes alternativas de  
170 energia e se existe limitações para isso. Em resposta, a Sra. Luana Paiva afirma que com relação ao pulso de  
171 vazão, existe a Resolução ANA nº 2081/2017 que foi implementada e não foi executada no momento por não  
172 ter atendido às necessidades da resolução, mas o ONS não se mostra contra sua aplicabilidade. Com relação a  
173 existência de uma bacia única no Brasil, Luana Paiva afirma que cada bacia é tratada de forma única e que isso  
174 pode ser visto por meio das restrições e regras. Já com relação ao aumento da defluência, afirma que a  
175 solicitação foi feita em um momento em que não havia de onde retirar energia, no momento não se visava  
176 questões econômicas, mas sim atender à população em um momento de pandemia. A professora Yvonilde  
177 Medeiros responde que a vida deve ser vista em primeiro lugar e que quando ela é desrespeitada por  
178 necessidades econômicas, há falta de respeito à lei da sobrevivência. A vazão média do rio São Francisco não é  
179 mais aquela que está sendo colocada. Reafirma que todas as vezes que se quis discutir esse assunto não houve  
180 interesse por parte do setor elétrico, portanto, não se discute vazão ambiental. É necessário se discutir os usos  
181 múltiplos, entretanto percebe-se que a vida aquática não é considerada dentre tais usos. Portanto, a política  
182 nacional deve ser revista começando pela reanálise da vazão de referência. Em seguida, o Prof. Emerson Carlos  
183 pede a palavra e afirma que o tema é muito complexo e diz que fará na parte da tarde uma palestra sobre o  
184 estrago que as flexibilizações das vazões têm ocasionado no Baixo São Francisco. Ressalta que essa política



185 prejudica não só a biota aquática em período reprodutivo como também a população que vem sofrendo com  
186 doenças. Ele concorda com a professora e afirma que haja respeito ao uso múltiplos. Após tratar sobre a  
187 extinção de espécies no rio, ele afirma que é necessário que haja maior valorização da vida. Com a palavra, Sra.  
188 Luciana Khoury reforça a necessidade de se ampliar a forma de participação para que toda a comunidade  
189 participe da sala de situação e das decisões feitas pelo setor elétrico. Além disso, afirma que as restrições têm  
190 sido apenas no âmbito de abertura das comportas, não tem sido visto restrições no dia do rio. A Sra. Sonáli  
191 Cavalcanti também pede a palavra e parabeniza aos participantes da mesa e ao comitê por viabilizar essas  
192 discussões. Afirma que a construção da Resolução ANA nº 2081/2017 foi um exercício posto em prática do  
193 tripé que sustenta a Política Nacional de Recursos Hídricos, sendo eles a descentralização e a articulação para  
194 integração. Diz ainda que a metodologia disposta na referida resolução contribuiu para que o Reservatório de  
195 Sobradinho alcançasse em 2020 armazenamento de 94% de seu volume útil. Outro ponto abordado por ela é a  
196 importância do estabelecimento de regras, diretrizes e restrições para todos os usos da água, para que o limite  
197 da exploração desse recurso não seja a exaustão. Ressaltou que o setor elétrico é bem regulamentado, sendo  
198 que as regras precisam ser estabelecidas para outros usos da água também. Quanto à questão sobre o País ser  
199 considerado pelo ONS como uma única bacia hidrográfica, e a necessidade de se enxergar as especificidades de  
200 cada região, essa especificidade é vista na modelagem utilizada. Porém, há espaço para melhorias, através da  
201 inserção na metodologia ora utilizada pelo ONS, de parâmetros/indicadores que considerem no processo de  
202 otimização da operação do Sistema Interligado Nacional, questões elétricas, energéticas, hídricas e ambientais.  
203 Não é simples, é um processo complexo, mas a Academia pode se debruçar sobre o assunto e encontrar novas  
204 possibilidades. Em seguida, a Sra. Marlian Leão também presta alguns esclarecimentos e afirma que dentre as  
205 medidas tomadas pelo setor elétrico estava a de proporcionar o aumento do funcionamento das  
206 termoelétricas, a melhoria da interligação entre os sistemas e que os recursos hídricos aproveitados seriam  
207 desperdiçados. Para ela, a redução das vazões trouxe muitas discussões, que foi acompanhada de perto e que  
208 essas medidas não são simplesmente para atender o setor elétrico, pois tal setor buscou outros meios para  
209 manter a diversificação na geração de energia. Em seguida, a Sra. Luana Paiva responde ao Prof. Emerson  
210 Carlos que a Resolução coloca médias diárias sobre as vazões, que isso é respeitado e responde que o ONS  
211 cumpre regras pré-estabelecidas. A Profa. Yvonilde Medeiros afirma que a discussão deve ser retomada e que  
212 pesquisas acadêmicas nunca são consideradas. A Sra. Luana Paiva se retira em virtude do horário de seu voo e  
213 a Sra. Sonáli Cavalcanti é convidada a se sentar à mesa. O Sr. Pedro Lessa informa que o que aconteceu no rio  
214 São Francisco está acontecendo no mundo. Afirma que não vê evolução nos estudos da hidrologia e é  
215 necessário buscar experiências em outros locais. Em seguida, o Sr. Ailton Francisco discorda da Sra. Luana Paiva  
216 quando ela diz que o uso múltiplo da água dificulta a geração de energia, para ele essa visão que fez com que  
217 se tivesse uma gestão proativa em detrimento de uma gestão reativa e culminou na Resolução e concorda com  
218 as falas da Profa. Yvonilde Medeiros. Por fim, critica o Marco Hídrico e as políticas neoliberais que podem  
219 transformar o Brasil em um mercado da água. Por fim, o Sr. Antônio Jackson solicita a palavra e afirma que não  
220 estão questionando a geração de energia, pois ninguém vive sem ela e afirma que a democracia hídrica só  
221 existiu até a década de 59 antes da criação das barragens, mas não questiona a importância da sua função. Diz  
222 que a ONS faz uma “pororoca transitória” que ocasiona vários desastres e que falta responsabilidade sobre as  
223 flexibilizações das vazões. Finaliza dizendo que a pandemia infelizmente não irá mudar o comportamento  
224 humano e que estudos não valem muito se não houver mudança de comportamento. O Sr. Heráclito Oliveira  
225 afirma que recebeu uma aula de como rasgar leis, por outro lado fala sobre a barragem de Pão de Açúcar para  
226 controle de vazões e sugere que o assunto volte a ser discutido. Sugere também que seja encaminhado aos  
227 órgãos competentes para que resolvam essa questão no baixo São Francisco, pois os pescadores da região  
228 estão passando fome. Para concluir, a Profa. Yvonilde Medeiros faz uma contextualização sobre o assunto das  
229 vazões e que o assunto deve ser tratado pelos novos membros do Comitê. Leonardo Mitre responde que o  
230 tema não é fácil, e que agora é necessário partir para a execução do que foi colocado no papel e que todos


231 fazem parte do Pacto das Águas. Conclui que é necessário partir também para o uso consultivo e gestão das  
232 demandas. Por fim, a Sra. Sonáli Cavalcanti esclarece que a Sra. Luana Paiva colocou que o setor elétrico  
233 considera em suas operações as restrições hidráulicas e que são nessas restrições onde está exatamente o  
234 respeito do setor aos usos múltiplos da água, e voltando ao que foi falado no início, ressaltou que há  
235 necessidade de que sejam estabelecidas regras, diretrizes e restrições para todos os usos da água. O presidente  
236 José Maciel finaliza o tema falando que o comitê terá essa pauta permanente e agradece a presença de todos  
237 que participaram da discussão. Após o intervalo do almoço, passa-se para os próximos pontos da programação  
238 a respeito da aprovação de duas deliberações: **Deliberação CBHSF Ad Referendum nº 126/2021 que “Dispõe**  
239 **sobre a doação de bens adquiridos com os recursos advindos da cobrança pelo uso de recursos hídricos da**  
240 **bacia do Rio São Francisco” e a Deliberação CBHSF que “Dispõe sobre a doação de bens adquiridos com os**  
241 **recursos advindos da cobrança pelo uso de recursos hídricos da bacia do Rio São Francisco ao Instituto**  
242 **Estadual de Florestas de Minas Gerais”**. A Diretora Geral da Agência Peixe Vivo - APV, Célia Fróes esclarece  
243 que, a respeito da Deliberação *Ad referendum*, se trata de bens antigos inservíveis e por serem bens públicos  
244 serão doados para uma instituição sem fins lucrativos, o Serviço Social Autônomo - SERVA. Afirma que a  
245 doação seguiu as restrições legais e que foi *Ad Referendum* pela necessidade de aprovar antes do ano eleitoral.  
246 Em seguida a Deliberação *Ad Referendum* nº 126/2021 é aprovada por todos com alteração sugerida pelo  
247 membro Pedro Lessa. Na sequência, a diretora da APV explica também a Deliberação que trata de bens  
248 permanentes advindos de projetos executados no âmbito do Comitê. Explica que a orientação é que esses  
249 equipamentos sejam doados para instituições que farão uso permanente desses objetos. Com a palavra,  
250 Francisco de Assis diz achar interessante os objetos serem aplicados nas unidades de conservação à margem  
251 das calhas do rio das Velhas e a diretora explica que o projeto de onde os equipamentos são oriundos possuía  
252 um acordo de cooperação com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF, por isso serão doados  
253 para o IEF. Após esclarecimentos relacionados, a Deliberação que “Dispõe sobre a doação de bens adquiridos  
254 com os recursos advindos da cobrança pelo uso de recursos hídricos da bacia do Rio São Francisco ao Instituto  
255 Estadual de Florestas de Minas Gerais” é aprovada por todos. Na sequência, o secretário do CBHSF convida o  
256 Sr. Marcelo Ribeiro, relator do Conflito de Uso dos Recursos Hídricos nº 03/2015, para apresentar a minuta de  
257 **Deliberação CBHSF que “Encerra o Procedimento de Conflito sobre o Uso dos Recursos Hídricos nº 03/2015,**  
258 **instaurado no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF”**. Este fala sobre a  
259 condução e histórico desse processo instaurado. Após discussões relacionadas, em especial ao artigo terceiro, a  
260 Deliberação é aprovada por todos. Ato contínuo, a palavra é franqueada para a gerente de integração da  
261 Agência Peixe Vivo, Rúbia Mansur, que explica a **Deliberação CBHSF que dispõe sobre a proposta de**  
262 **calendário do CBHSF para 2022**. Explana sobre a construção da proposta e salienta a importância do  
263 cumprimento da sua execução nos moldes propostos na minuta da deliberação. Reitera que este documento  
264 orienta o planejamento das atividades do CBHSF e sua execução será avaliada pela Comissão de Avaliação do  
265 Contrato de Gestão da ANA, considerando ser um indicador do Contrato de Gestão, neste sentido conta com a  
266 colaboração do CBHSF no cumprimento deste planejamento. Após debates e contribuições, a Deliberação  
267 CBHSF que “Aprova o Calendário e Planejamento Anual de Atividades do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
268 São Francisco (CBHSF) para o ano de 2022” é aprovada por unanimidade. Na sequência, o Sr. Altino Neto é  
269 convidado para coordenar a mesa diretora e passa para a próxima **apresentação sobre “Percurso de luta no**  
270 **Alto São Francisco pelo Coletivo Velho Chico Vive e ameaças ao rio” – coletivo Velho Chico Vive**. O  
271 coordenador da CCR Alto São Francisco apresenta a Sra. Laís Cristina e Sra. Alice Silva que fazem parte do  
272 movimento Velho Chico Vive. Explica que o tema trata da criação de nova hidrelétrica na Região de Pirapora,  
273 além disso, aproveita para convidar o Sr. Renato Junio representante da CEMIG para compor a mesa e  
274 contextualizar o tema. O Sr. Renato Junio explica a Proposta de Implantação UHE Formoso. Informa que é um  
275 ato do poder executivo e que em 2020 a proposta estava no estágio do Estudo de Viabilidade e que o processo  
276 foi paralisado em virtude da pandemia. Explica também que o Estado passou o licenciamento para o âmbito


277 federal. Na sequência, a Sra. Alice Silva inicia sua apresentação sobre o coletivo que teve suas atividades  
278 iniciadas após a publicação do decreto nº 10370/2020. Fala sobre a linha do tempo do movimento,  
279 representantes e ações realizadas. Em seguida, a Sra. Laís Cristina reitera que a construção da barragem pode  
280 prejudicar a comunidade que vive na bacia em diversas formas, além de destruir parte do ecossistema local.  
281 Em complemento, o Sr. Altino Neto critica a falta de transparência do governo sobre o processo. Com a  
282 palavra, a Sra. Sirléia Drumond questiona as palestrantes sobre sua origem e critica a radicalidade do  
283 movimento, pois o norte de Minas anseia empreendimentos que ajudem os ribeirinhos e que as hidrelétricas  
284 são importantes para geração de energia. Em seguida, o Sr. Ronald de Carvalho afirma que vem  
285 acompanhando o movimento há um tempo e ressalta sobre sua atuação no rio nos últimos anos. Afirma que é  
286 fundamental a sociedade se posicionar, por fim, declara em nome das instituições as quais ele representa “Não  
287 à Barragem de Formoso”. O Sr. Marcelo Ribeiro informa que apesar de o movimento Coletivo Vivo estar em  
288 minoria, o movimento se multiplica em virtude das ações realizadas. Ele afirma que não irá entrar no mérito,  
289 mas traz à baila que talvez não seja necessário se preocupar com o licenciamento por recentemente a Câmara  
290 dos Deputados buscar aprovar um PL que torna desnecessário o licenciamento para projetos estruturantes e  
291 será encaminhado para o Senado Federal. O Sr. Antônio Jackson fala brevemente sobre a região do rio onde se  
292 pretende realizar a obra e critica a criação da barragem por ser prejudicial aos peixes que ali vivem. Com a  
293 palavra, a Dra. Luciana Khoury parabeniza pela apresentação e relembra as discussões já feitas, além disso,  
294 levanta o questionamento se o rio suportaria de fato mais um empreendimento o que traz preocupações. Em  
295 complemento, o Sr. Renato Junio informa que o projeto de Lagoas Marginais está em andamento e que foi  
296 renovado o acordo de cooperação técnica até 2023. A Sra. Marlian Leão concorda com a Sra. Sirléia Drumond e  
297 afirma que é muito importante que todos sejam abertos para discussão, afirma que para ela as hidroelétricas  
298 são sim fontes de energia limpa que contribuem até mesmo para realização de acordos internacionais. Por fim,  
299 as palestrantes respondem às questões levantadas e informam que as barraginhas são diferentes de barragens  
300 e que já existem estudos que comprovam que barragens não são consideradas energia 100% limpa. Em  
301 seguida, o Sr. Altino Rodrigues agradece e convida o Prof. Emerson Soares para proferir sua apresentação **“Por  
302 que monitorar é importante? A experiência das expedições científicas do São Francisco”**. O professor  
303 apresenta as variáveis que a população está sujeita, além do agravamento de problemas ambientais em virtude  
304 da matriz energética brasileira. Mostra que a hidrelétrica altera toda dinâmica do ecossistema do rio  
305 ocasionando diminuição dos estoques pesqueiros, proliferação de espécies rústicas e mais adaptadas,  
306 mortandade de peixes, aumento de parasitas, aumento do estresse para espécies aquáticas, desovas secas e  
307 queda dos estoques pesqueiros. Em sua apresentação, o professor apresenta diversos dados e estudos que  
308 comprovam como a existência de hidrelétricas prejudicam a saúde da população e biota do rio. Por fim, deixa  
309 algumas sugestões de fiscalização e monitoramento. Em seguida, o Prof. José Vieira realiza uma breve  
310 apresentação sobre a Expedição no Baixo São Francisco, mostra que a equipe que realizou a expedição contou  
311 com sessenta e seis pesquisadores os quais viabilizaram a realização de diversas ações e estudos. Foram feitos  
312 estudos fitoquímicos e de química medicinal a partir de espécies vegetais da mata ciliar do Rio São Francisco,  
313 diagnóstico socioambiental das comunidades ribeirinhas, mapeamento da Cobertura Vegetal da Bacia do Rio  
314 São Francisco. Além disso, por meio da expedição foi possível a realização de ações sociais e visita a  
315 associações e educação ambiental nas escolas públicas ribeirinhas. O professor ressalta que a ação obteve  
316 cobertura da Rede Globo, trazendo assim a atenção e visibilidade da mídia para a bacia do rio São Francisco.  
317 Finalmente, o vídeo sobre a expedição é passado em tela. Após algumas falas e perguntas, o secretário do  
318 CBHSF encerra os trabalhos do primeiro dia de reunião. Este retoma a reunião no segundo dia, 10 (dez) de  
319 dezembro de 2021, às 08h30, após a verificação do quórum, dando início à mesa redonda sobre o **Canal do  
320 Sertão Baiano**. O Sr. Almacks Silva convida o Sr. Luiz Manuel, representante da CODEVASF para proferir  
321 apresentação sobre o projeto. O Sr. Luiz Manuel cumprimenta a todos, se apresenta e inicia sua fala  
322 contextualizando o projeto do Canal do Sertão Baiano. Explica que o canal busca garantir o suprimento hídrico

323 de algumas demandas, tais como abastecimento humano, dessedentação animal, sustentabilidade das  
324 atividades da pecuária, indústrias, revitalização e segurança hídrica dos perímetros irrigados existentes,  
325 mineração e agricultura. Detalha cada um dos objetivos do canal e informa que a bacia do Jacuípe e do  
326 Itapicuru serão as mais beneficiadas. Em seguida, esclarece o esquema geral da distribuição da água do canal  
327 sendo que a previsão é sua saída de adutoras para abastecimento humano. Afirma que a população  
328 beneficiada pode chegar a um milhão e que em torno de 70 mil produtores seriam beneficiados. Ademais,  
329 esclarece que a previsão das vazões será mais detalhada no estudo básico a ser realizado. Informa que já foram  
330 realizados os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do canal do sertão baiano – CSB; o  
331 anteprojeto de engenharia do canal e que ainda será feito o projeto básico e outros estudos. Em resumo, o  
332 representante afirma que o projeto visa o desenvolvimento regional e que distribuirá água do rio São Francisco  
333 ao longo de mais de 300 km, no semiárido baiano para diversos usos. Em seguida, a palavra é franqueada ao  
334 secretário do CBHSF, Almacks Silva que cumprimenta a todos e dá início a sua apresentação. Este fala que  
335 apesar do Sr. Luiz Manuel dizer que o projeto será feito para abastecimento humano, é percebido um grande  
336 apelo mercadológico uma vez que a Bahia é o terceiro maior produtor de minério do Brasil. Faz uma  
337 contextualização sobre as primeiras transposições, explica o Eixo Sul chamado hoje Canal do Sertão Baiano e  
338 informa sobre o valor gasto para estudos sobre o projeto. Afirma que tem conhecimento que será feito Termo  
339 de Referência para Licitação e que a audiência pública está sendo marcada para aprovação. Detalha os eixos e  
340 a realidade de seu funcionamento e questiona a transposição, pois afirma que não existe crise na região da  
341 Bahia e sim uma má gestão. Declara que o canal será amputado, pois será retirada água de Sobradinho e  
342 levada para São José do Jacuípe. O Vice-Presidente, Sr. Marcus Polignano, que participa virtualmente (canal do  
343 CBHSF no youtube), pergunta quais são os verdadeiros objetivos do canal do sertão e que é necessário deixar  
344 claro em que situações seria possível esta transposição e para quais não se aplica. Com a palavra, o Sr. Manoel  
345 Ailton faz também uma contextualização sobre a bacia do Salitre e questiona as obras de engenharia sem a  
346 existência de revitalização das bacias. Finaliza criticando a falta de representatividade dos povos que habitam  
347 na região do Salitre. Em seguida, o professor Gustavo Negreiro levanta alguns questionamentos também a  
348 respeito da gestão dos recursos hídricos no estado da Bahia e pergunta primeiramente por que o projeto não  
349 buscou diálogo com os Comitês, em segundo lugar afirma que o Comitê quer saber os reais motivos para o  
350 projeto. Faz outras críticas à falta de comunicação pela CODEVASF. Em seguida, o Sr. Ismael Medeiros afirma  
351 que o grande sacrificado com o projeto é o rio Jacuípe já que sua água fica rapidamente salinizada, e que não  
352 pode ser usada para dessedentação humana. Após críticas, ele afirma que é necessário ter racionalidade,  
353 respeitar as leis e que é necessário que as pessoas façam sua parte. Posteriormente, o Sr. Cláudio Pereira  
354 realiza um discurso a respeito da água na região e finaliza dizendo que uma floresta em pé é como um mar, e  
355 que não se pode destruir tudo pensando somente na produção. O Prof. José Vieira ressalta que é necessário  
356 trabalhar com inteligência e questiona como estão sendo feitas a gestão das águas do Canal do Sertão Baiano.  
357 Além disso pergunta o que está sendo feito para a revitalização do Rio São Francisco. Após alguns debates e  
358 contribuições sobre as apresentações, o Sr. Cláudio Ademar afirma que é necessário reforçar a discussão com a  
359 sociedade. O Secretário Sr. Almacks Silva finaliza dizendo que é a favor da criação do canal para dentro da Bacia  
360 enviando água para a região do Salitre. Em resposta, o Sr. Luiz Manuel responde às questões levantadas, diz  
361 que a CODEVASF não pode fazer obras sem licenças ou outorga, afirma que a gestão do Canal do Sertão Baiano  
362 ainda não está definida. Além disso, ressalta a revitalização do rio foi reduzida por falta de orçamento, mas que  
363 será dada continuidade. Conclui dizendo que o projeto terá a participação da população por meio de  
364 audiências públicas e se coloca à disposição do CBHSF. Em seguida, o presidente pede a supressão do ponto de  
365 pauta execução dos Projetos do CBHSF – POA 2021 por falta de tempo, e informa que a Agência Peixe Vivo irá  
366 apresentá-la na próxima plenária. Posteriormente, a **Deliberação CBHSF que “Aprova a matriz a ser utilizada  
367 para a avaliação da eficiência de gestão da Entidade Delegatária para o período de 2022 a 2025”** é  
368 apresentada pelo Gerente de Projetos Sr. Thiago Campos que explica que o documento visa avaliar a eficiência



369 da Entidade Delegatária. Explica que esta DN vai ao encontro do estabelecido no indicador 3 do Contrato de  
370 Gestão e que as ações propostas são apenas para avaliação da execução física, não excluindo a execução dos  
371 outros projetos demandados do CBHSF. Após debates e esclarecimentos de dúvidas, a Deliberação é aprovada.  
372 Não havendo mais assuntos a tratar, o presidente **declara encerrada a XLII Plenária Ordinária e logo em**  
373 **seguida declara aberta a XXVI Plenária Extraordinária.** Dando continuidade, o Sr. Thiago Campos explica e  
374 detalha a **Deliberação CBHSF que “Aprova o Plano de Execução Orçamentária Anual de 2022 – POA 2022 a**  
375 **ser executado com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia**  
376 **Hidrográfica do Rio São Francisco”.** Justifica que essa pauta foi tratada como extraordinária devido aos prazos  
377 regimentais de envio da documentação ao plenário. Explica que a construção do Planejamento Orçamentário  
378 anual é baseada no que foi aprovado pelo Plano de Aplicação Plurianual, com maior detalhamento dos projetos  
379 e ações a serem executados com o recurso advindo da cobrança no exercício de 2022. Informa que a proposta  
380 levou em consideração projetos em andamento e previstos a serem executados no exercício. Apresenta as  
381 ações e os valores a serem aplicados em cada projeto e em seguida a deliberação é aprovada por todos. Em  
382 seguida, o Sr. José Maciel parabeniza o trabalho realizado pelo Gerente Sr. Thiago Campos e a Gerente Sra.  
383 Rúbia Mansur na linha de frente dos trabalhos da Agência Peixe Vivo. Por fim, o presidente levanta a discussão  
384 sobre a criação de Agências Públicas por meio de lei, e que isso pode ser preocupante para o CBHSF já que a  
385 Agência Peixe Vivo vem atendendo com qualidade as demandas do Comitê. Após sua fala, o secretário Sr.  
386 Almacks Silva coloca em discussão o local das plenárias a serem realizadas em 2022. Após as defesas das  
387 proposições e votação as cidades de Ouro Preto/MG e Recife/PE são escolhidas para sediarem as plenárias de  
388 maio e dezembro de 2022 respectivamente. Não havendo mais assunto a tratar o presidente do CBHSF, Sr. José  
389 Maciel Nunes de Oliveira agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião. Ata da XLII Plenária  
390 Ordinária e XXVI Plenária Extraordinária aprovadas na XLIII Reunião Ordinária do CBHSF, realizada em Ouro  
391 Preto/MG em 19 de maio de 2022.

  
José Maciel Nunes de Oliveira  
Presidente do CBHSF

  
Almacks Luiz Silva  
Secretário do CBHSF

392